

feminismo popular e integração regional

CAPIRE





feminismo popular e integração regional

CAPIRE=





≡ Apresentação

04

≡ **Desafios do feminismo: entre a cooptação liberal e os ataques conservadores**

NALU FARIA | 06

≡ **Integração dos povos para enfrentar crises sistêmicas e transformar a sociedade**

KARIN NANSEN | 11

≡ **O feminismo constrói pontes para a integração dos povos**

ALEJANDRA ANGRIMAN | 16

≡ **Feminismo popular e revolucionário em Cuba**

ELPIDIA MORENO | 20

≡ **Norma Cacho: “A Marcha Mundial das Mulheres tem construído práticas concretas contra a economia colonial há anos”**

ENTREVISTA | 24

≡ **Alejandra Laprea: “las revoluciones no vienen con manual”**

ENTREVISTA | 29

≡ **El recorrido de los pueblos de las Américas hacia el socialismo**

IRENE LEÓN | 33

≡ **Alternativas feministas para os dilemas da humanidade: enfrentar o capitalismo no presente**

ANA PRISCILA ALVES | 39



Apresentação

Esta publicação virtual reúne elaborações feministas sobre a construção do internacionalismo e sobre a participação fundamental das mulheres lutadoras nos processos de integração dos povos.

Nas entrevistas inéditas, Alejandra Laprea e Norma Cacho falam sobre a organização da Marcha Mundial das Mulheres nas Américas e os desafios internacionais do movimento; os textos de Alejandra Angriman, Elpidia Moreno e Karin Nansen são edições de seus discursos no webinar “Feminismo e Integração Regional”, realizado em novembro de 2023; os de Ana Priscila Alves e Irene León trazem suas contribuições na 3ª conferência Dilemas da Humanidade em suas etapas regional e internacional, em setembro e outubro de 2023. O texto de nossa querida companheira Nalu Faria, publicado originalmente em 2021, foi escolhido para abrir nossa publicação, avivando sua memória, seu legado e sua visão precisa sobre as estratégias para a construção do feminismo popular.

Especialmente na América Latina e no Caribe, enfrentamos uma história de ofensivas imperialistas que, há mais de cinco séculos, impõem violências sobre nossos territórios e modos de vida. Nos tempos atuais, essas ofensivas se dão a partir de campanhas e forças conservadoras, neoliberais e fascistas, alinhadas com projetos de subordinação, exploração, extrativismo — projetos a mando de Estados do Norte global e de empresas transnacionais, que acumulam um poder maior do que muitos Estados.


Ao mesmo tempo, vemos uma profusão de lutas por todo o continente, com uma marca em comum: as mulheres na linha de frente, articulando, denunciando, sustentando a vida, a comunidade e o movimento. Nas resistências cotidianas, percebem as conexões entre o o patriarcado, o racismo e o capitalismo neoliberal. Contra esse modelo autoritário, propõem um feminismo popular, antirracista, diverso, profundamente enraizado nos territórios, mas também atento às experiências de lugares vizinhos, praticando, no internacionalismo, o princípio da unidade na diversidade, rechaçando a competição entre fronteiras nacionais historicamente violentas e coloniais.

Os movimentos populares latino-americanos e caribenhos são construtores de possibilidades coletivas, mesmo diante de contextos de repressão, autoritarismo e austeridade. O fazem com criatividade, apostando na construção de processos políticos amplos, em transformações antissistêmicas, no aprofundamento da democracia e de uma soberania popular que engloba diversas dimensões. Nesse sentido, defendemos a integração regional como um projeto que envolve todas as áreas da vida, como a comunicação, a cultura e a economia, orientados pela soberania alimentar, energética e tecnológica. A integração regional avança com governos progressistas, que são fruto da luta e mobilização popular em cada país, mas se fortalece principalmente pela ação dos povos.

Para a Marcha Mundial das Mulheres nas Américas, a integração regional traz memórias de momentos chave de luta continental, que ecoam até hoje, como a vitória popular contra a ALCA. Ela também aponta para caminhos futuros de fortalecimento de alianças, aprofundamento de nossa visão estratégica sobre economia feminista e sustentabilidade da vida, e a construção de um campo feminista internacional combativo, diverso e em movimento permanente.

Com esta publicação, esperamos contribuir para a reflexão das companheiras de nossas coordenações nacionais e de organizações aliadas. E, ao mesmo tempo, buscamos contribuir para ações fundamentais do calendário de lutas que se abre: a Jornada Latino-americana e Caribenha de Integração dos Povos, que acontecerá em Foz do Iguaçu entre 22 e 24 de fevereiro de 2024; e a 6ª Ação Internacional da MMM, que se dará ao longo de 2025, sob o lema “Seguiremos em marcha contra as guerras e o capital, por soberanias populares e o bem viver”, que nos guia enquanto movimento no tempo presente, rumo ao futuro.

Boa leitura!



Desafios do feminismo: entre a cooptação liberal e os ataques consevadores

POR NALU FARIA

Desafios do feminismo: entre a cooptação liberal e os ataques conservadores

POR NALU FARIA

É inegável que hoje há uma ampliação do feminismo em vários setores. Essa se tornou uma agenda geral da sociedade e não apenas dos movimentos feministas organizados. Há uma multiplicidade de pautas e setores, mas também há sentidos comuns e convergentes. Alguns deles são: o reconhecimento da dimensão patriarcal e racista do capitalismo; a necessidade de enfrentar os traços androcêntricos do atual modelo; a importância de defender a diversidade e dissidência sexual; a necessidade de afirmar outros valores e formas mais democráticas e horizontais de exercer o poder; a luta contra a violência; a luta pelo direito ao aborto; o reconhecimento da agenda do cuidado; e a necessidade de auto-organização das mulheres. Analisamos que esses sentidos, juntos, são parte dos êxitos do movimento feminista e da sua capacidade de influenciar o conjunto da sociedade e espaços de elaboração, como a universidade. Por outro lado, isso também traz desafios e contradições.

Uma parte desses desafios e contradições está no campo das diferentes expressões do movimento feminista, ou seja, da pluralidade de posições que expressam diferentes formas de tratar a agenda política e de dar significado ao feminismo. De forma geral, podemos falar de um primeiro nível, que seriam os setores que olham para a necessidade de transformação geral da sociedade; e, por outro lado, de um feminismo liberal que não está preocupado com essas transformações estruturais e acaba se centrando em uma perspectiva de direitos individuais. Mais além desses desafios, temos a ofensiva dos setores de direita, que se desdobra em dois pilares: o da cooptação e pseudo incorporação do feminismo, que chamamos [maquiagem lilás](#); e os ataques neoconservadores de extrema direita.

É muito necessário que o debate entre nós e a definição de um projeto político se deem a partir do feminismo antissistêmico. A referência ao antissistêmico se dá a partir da compreensão de que o atual modelo é capitalista, heteropatriarcal, racista e colonialista. É, portanto, uma visão de imbricação das diversas formas de opressão. Entendemos que só será possível dismantelar esse modelo se superarmos simultaneamente esse conjunto de relações. Além disso, é importante sublinhar que a lógica de acumulação que organiza esse modelo se sustenta sobre esse conjunto de opressões. É imprescindível olhar para as bases materiais das dinâmicas imposta por esse modelo.

Em nosso processo, temos nos definido como [construtoras do feminismo popular](#). Mas é preciso afirmar que estamos em um momento em que vários setores que compartilham essa

definição ampla também sentem necessidade de afirmar suas singularidades. Assim, temos o feminismo camponês e popular, o feminismo comunitário, feminismo negro, entre outros, que se articulam em unidade e também elaboram suas agendas e perspectivas próprias.

A construção de sujeitos políticos como protagonistas das transformações sociais é o que garante que elas aconteçam. Isso leva a entender e praticar a auto-organização como fio condutor das lutas, determinante para a autoemancipação de todas as pessoas oprimidas.

O lugar das mulheres na divisão social, sexual e racista do trabalho é o que explica sua necessidade de protagonismo enquanto sujeitos políticos. As mulheres precisam mais do que os homens do acesso aos bens comuns e, por isso, estão mais comprometidas com sua defesa, tanto no campo como na cidade, como demonstra Silvia Federici em seu artigo [“O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva”](#).

Uma perspectiva feminista de análise desse protagonismo parte do reconhecimento das mulheres como principais sujeitos do trabalho reprodutivo, que sustenta a vida comum.

As propostas construídas a partir de uma posição de feminismo popular sintetizam várias contribuições, tanto do debate e consolidação de agendas políticas, como do processo de organização e articulação no conjunto das lutas. Essas sínteses e propostas se dão a partir de ações concretas que alteram a sociedade e a vida das mulheres, mostrando que é impossível separar os debates da agenda e da constituição do sujeito político. O fato de que o feminismo popular integra a classe trabalhadora em sua diversidade contribui para a definição do projeto político com uma posição que busca uma mudança integral a partir de um paradigma libertário, emancipador, de autonomia e igualdade. Nesse sentido, é importante retomar a análise de Beth Lobo, em [A classe operária tem dois sexos](#), sobre as reformulações das práticas das mulheres populares e negras como estratégia de sobrevivência e também de resistência, à dominação e à subordinação.

Em relação ao feminismo ter se tornando uma agenda presente na sociedade como um todo, um primeiro ponto a considerar é que, nesse escopo, há o crescimento de visões liberais do feminismo. Isso se concretiza em várias iniciativas, como a criação de organizações setoriais de profissionais de setores médios e empresariais, várias iniciativas de consultoria, treinamentos e marketing, blogs e canais virtuais de influencers liberais. Nas iniciativas acadêmicas, vemos traços menos críticos. Há nessa composição diferentes tipos de iniciativas. Hoje, muitas vezes, a participação das mulheres nos espaços de gestão do capital é colocada como parte da “agenda feminista”. A agenda que esses setores chamam de feminista está muito distante do que, historicamente, a maior parte do movimento feminista foi definindo como o que chamamos de campo antissistêmico do feminismo. Esse campo vai além da visão liberal de direitos individuais, de empoderamento ou de “equidade” com os homens de classe média ou elite.

As visões liberais e reformistas disputam o feminismo e estão mais presentes que a princípio imaginamos. Um exemplo é a centralidade que tem hoje o tema “mulheres e poder”, sem questionar o modelo de poder, encarando a representação nos espaços de poder como a

solução dos males. As iniciativas midiáticas desses setores muitas vezes têm apelo inclusive nos movimentos sociais. Mas o mais grave é que isso tem sido parte de uma diluição do papel dos movimentos de mulheres. Ao fim, o que se reforça são os protagonismos individuais e midiáticos. O mais problemático é que a ação dos setores populares do movimento de mulheres é invisibilizada, assim como o papel de sua resistência cotidiana para o crescimento do feminismo.

Como já assinalamos, faz parte desse processo de disputa de posições o fato de que partes dos setores dominantes organizam sua ofensiva de cooptação do feminismo por meio da incorporação de partes do discurso feminista pela indústria do entretenimento, com o respaldo de mulheres representantes das elites. As ambiguidades desse processo não podem nos impedir de reconhecer a estratégia de banalização do conteúdo crítico do feminismo.

Por outro lado, a ofensiva reacionária da extrema direita coloca o feminismo e todos os setores da luta emancipatória sob ataque. Esses são os dois lados da mesma moeda neoliberal. Observar essa situação por inteiro complexifica as respostas necessárias, que devem ser dadas pelo feminismo popular, anticapitalista e antirracista. Além de organizar e ampliar uma visão crítica, formular e praticar respostas feministas implica organização, ou seja, capacidade de posicionar uma agenda que concretize as lutas e aponte os caminhos para uma outra economia.

Um novo vir-a-ser

Um grande desafio para o feminismo popular é posicionar com mais força o questionamento global do modelo atual e a visão de uma nova sociedade, com novas relações, outras formas de organizar o trabalho, garantir a sustentabilidade da vida e criar novas subjetividades baseadas na autonomia, reciprocidade e igualdade. Os acúmulos da prática cotidiana das mulheres apontam vários elementos desse novo vir-a-ser: reconhecimento e valorização das relações afetivas, bem-estar, cuidado, transcendência.

Para isso, é central reconhecer e potencializar as experiências populares, organizadas desde a luta cotidiana para sustentar a vida. Essas ações são experiências voltadas para o coletivo, em uma perspectiva dos comuns. Têm um papel central na construção de vínculos, de ocupação dos territórios e de redefinição das fronteiras entre espaços privados e públicos, uma vez que a satisfação das necessidades e o bem-estar são preocupações do coletivo. Há um grande [protagonismo das mulheres negras, indígenas, periféricas e camponesas](#) nessas lutas e processos de construção de respostas coletivas. O fato da inserção das mulheres no trabalho assalariado se concentrar em atividades vinculadas ao cuidado repercute em seu papel nas lutas em defesa dos comuns e da sustentabilidade da vida perante o conjunto da sociedade.

É preciso iluminar os processos de resistência com ações que tensionam a lógica do mercado.

Esses estão, em geral, vinculados às reivindicações ao Estado, mas também à recuperação de outras formas de sociabilidade e cultura. Isso [confronta o atual modelo](#), que empurra as pessoas à competitividade, ao individualismo, a se fecharem diante das telas da TV e do celular, formas de lazer isoladas e definidas pela indústria do entretenimento.


A construção desses processos e espaços ocupa e envolve a comunidade, promove experiências de trabalho coletivo, autogestionados, solidários e com base na reciprocidade. São experiências que alteram o tempo presente e, ao mesmo tempo, apontam para a possibilidade de uma reorganização social sem exploração e sem hierarquias.

A partir das resistências, resiliências e propostas das mulheres, essa visão do feminismo como parte de um projeto antissistêmico concretiza uma ação que coloca a vida no centro, através da compreensão de nossa interdependência como seres humanos e de nossa dependência da natureza.

Nalu Faria foi militante da Marcha Mundial das Mulheres, integrando o Comitê Internacional entre 2016 e 2023. Nalu faleceu em outubro de 2023, deixando saudade, muitos ensinamentos e esperança. Este texto foi publicado originalmente no portal da [Agência Latino-americana de Informação](#) (ALAI), em abril de 2022.

Nalu Faria vive!





Integração dos
povos para enfrentar
crises sistêmicas e
transformar a sociedade

POR KARIN NANSEN



Integração dos povos para enfrentar crises sistêmicas e transformar a sociedade

POR KARIN NANSEN

A gravidade das crises socioambientais sistêmicas – as crises do clima, da biodiversidade, da água, da fome, das desigualdades, dos cuidados – exige de nós uma articulação muito mais profunda de lutas, processos de resistência e projetos políticos que vão sendo criados a partir dos movimentos populares do continente e do mundo.

É impossível enfrentar crises a partir das fronteiras nacionais, ou apenas a nível territorial e local. Na origem das crises, identificamos um sistema de acumulação capitalista, patriarcal, racista, colonialista e imperialista, que foi historicamente construído com base na escravidão, no genocídio, na destruição de continentes e na subjugação dos nossos povos. É um sistema de acumulação que se expande continuamente a nível local, incorporando novos territórios, mas também novas esferas de vida em sociedade. Enfrentar esse sistema exige um olhar que vai além do local ou nacional e que tenha uma perspectiva regional e internacionalista.

As empresas transnacionais são atores centrais nesse processo de acumulação e precarização da vida e do trabalho. Elas são protagonistas do processo de destruição e desapropriação de terras, florestas e águas. Sua atuação vai muito além das fronteiras nacionais. Elas têm muito mais poder que os Estados nacionais e impõem constantemente os seus projetos, normas e lógicas, sobretudo em um continente como o nosso, que historicamente teve uma inserção altamente dependente no sistema capitalista e na economia globalizada neoliberal.

Na América Latina, o processo de acumulação liderado pelas poderosas empresas transnacionais e grupos econômicos nacionais se baseia na extração de matérias-primas e na exploração da mão de obra. E essa exploração se estende aos nossos territórios, nossos povos, corpos e ao trabalho das mulheres, sobretudo das mulheres racializadas. O poder e a impunidade das transnacionais são fortalecidos com novas normas, presentes em acordos de livre comércio e tratados bilaterais de investimentos, entre outros instrumentos neoliberais. Inclusive, as transnacionais têm o poder de entrar com ações judiciais contra Estados quando consideram que uma política pública não as favorece. Se considerarem que uma política pública que favorece o bem comum é prejudicial aos seus lucros, apresentam uma ação perante tribunais internacionais de arbitragem, como o Centro Internacional para a Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (ICSID), que funciona sob a égide do Banco

Mundial. Em geral, os tribunais de arbitragem decidem a favor das transnacionais, atacando a capacidade soberana dos Estados para decidir sobre as políticas públicas mais adequadas.

Essa constante violação de direitos, esse constante ataque à vida que continua impune não pode ser enfrentado apenas localmente.

No feminismo popular, aprendemos com as lutas de resistência do nosso continente e compreendemos a necessidade urgente da integração dos povos, construindo a unidade na diversidade para desmantelar a impunidade corporativa, a destruição territorial e os ataques contínuos aos nossos direitos e para consolidar os nossos projetos políticos emancipatórios. São as mulheres indígenas, camponesas, quilombolas, trabalhadoras, das classes populares as mais afetadas por esses processos de destruição e ataques contínuos. São, ainda, aquelas que realmente lideram as lutas e também resistem a essa ofensiva. As mulheres populares desempenham um papel central como sujeitos políticos na defesa territorial e na defesa de projetos políticos coletivos. São elas que, repetidamente, se organizam e se mobilizam para enfrentar o projeto de acumulação das empresas.

Aprendemos com as companheiras da Marcha Mundial das Mulheres a necessidade de apostarmos na construção de projetos políticos populares regionais e de nos fortalecermos coletivamente como sujeitos políticos populares. Em um contexto de profundas crises sistêmicas que ameaçam os sistemas ecológicos que tornam a vida possível, e da ofensiva brutal que a direita e o capital estão lançando em muitos países do nosso continente, temos a responsabilidade e o dever de avançar nessa construção de unidade em torno a projetos políticos emancipatórios que nos permitam desmantelar os sistemas de dominação, opressão e exploração dos nossos povos e da natureza.

Historicamente, os nossos povos organizados construíram esses processos e projetos políticos emancipatórios, como a soberania alimentar. Esses projetos nos permitem disputar imaginários e sentidos, bem como assentar as bases e princípios que nos permitem dar uma resposta integral e estrutural às crises sistêmicas, e que devem organizar as nossas sociedades.

Construímos a integração em torno da resistência e da luta contra a concentração de poder e riqueza, as desigualdades, a espoliação, o acaparamento, a poluição e a destruição de territórios, como consequência do avanço do agronegócio, da mineração, das barragens, combustíveis fósseis. Diante disso, a unidade e a construção da integração implicam aprofundar e consolidar as propostas de transformação do sistema alimentar, do sistema energético, do sistema econômico, rompendo com as dicotomias que nos foram impostas entre sociedade e natureza, trabalho produtivo e reprodutivo, e a divisão sexual do trabalho.

Hoje, também é fundamental no nosso continente nos organizarmos para disputar a política e as políticas públicas, porque precisamos recuperar o controle sobre as decisões

que têm a ver com a organização das nossas sociedades e a nossa relação com a natureza. Disputar a política, como nos ensinou Nalu Faria, significa também disputar e descolonizar o Estado, redefinir o seu papel em torno da sustentabilidade da vida, da defesa da natureza e dos direitos dos povos. É uma disputa profunda, que redefine o que é o Estado e como construímos institucionalidade política a nível regional, num momento em que se instala a deslegitimação da política e se impõem seres nefastos, como Javier Milei na Argentina.

Temos que disputar a esfera econômica. Graças à Marcha Mundial das Mulheres, temos contribuições fundamentais para todos os nossos movimentos em torno da economia feminista. A economia feminista nos oferece os princípios e diretrizes necessários para organizar a produção e a reprodução da vida e garantir a satisfação das necessidades do nosso povo. Princípios comuns aos da soberania alimentar, que visam a transformação radical da produção, distribuição e consumo de tudo o que é necessário à vida. A economia feminista numa chave regional aponta para a organização em todos os níveis, destacando a importância do vínculo entre as classes populares do campo e da cidade. E as mulheres organizadas desempenham um papel essencial na construção da soberania alimentar no nosso continente. Nesse âmbito, nos opomos firmemente à economia verde que está transformando a natureza numa mercadoria e às tentativas de impô-la à nossa região. E continuamos lutando, como temos feito historicamente, contra o neoliberalismo, que privatiza cada vez mais esferas da vida na sociedade e na natureza. Tal como foi demonstrado na pandemia, o neoliberalismo não garante a sustentabilidade da vida, mas ameaça a vida.



A integração regional deve partir do reconhecimento do trabalho de cuidado como princípio organizador dos processos econômicos e da necessidade de pôr fim à divisão sexual do trabalho, bem como à exploração do corpo e do trabalho das mulheres. Para isso, devemos garantir a autonomia coletiva das mulheres nos processos de repensar e reformular as nossas economias em chave regional.

Uma disputa por território avança em todo o continente. Por um lado, estão os povos que sentem e vivem o território como espaço de produção e reprodução da vida, como espaço de luta, de construção política e cultural, de memória. Por outro lado, empresas que veem os territórios como plataforma de acumulação de capital, como fonte inesgotável de recursos. É fundamental nessa disputa fortalecer o poder e o controle dos nossos povos sobre os territórios, tanto rurais como urbanos, além das fronteiras, resistindo ao reducionismo que converte a natureza em unidades que podem ser compradas e vendidas no mercado, e à transformação das funções da natureza em serviços.

DESTAQUE: Devemos recuperar o controle sobre o conhecimento e a tecnologia, destacando o seu caráter público. Na medida em que a tecnologia é privatizada, concentrada nas mãos de poucas empresas, ela se torna um instrumento de maior exploração das classes populares e da natureza.

A nossa perspectiva sobre a integração deve apostar no internacionalismo, como base da unidade e da solidariedade dos povos e de um novo multilateralismo. Uma integração que impeça ações criminosas, como as que são levadas a cabo hoje pelo governo de Israel contra o povo palestino. Esses processos de integração regional foram construídos historicamente e continuam sendo. Para fortalecer os sujeitos políticos numa perspectiva emancipatória regional, é fundamental conhecer a nossa história, manter viva a memória e, sobretudo, resistir à imposição de novos imaginários perversos pelas mãos da direita.

Karin Nansen integra a REDES - Amigos da Terra Uruguai, e da Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo. Este texto é uma edição de sua exposição no webinar “Feminismo e integração”



O feminismo constrói pontes para a integração dos povos

POR ALEJANDRA ANGRIMAN

O feminismo constrói pontes para a integração dos povos

POR ALEJANDRA ANGRIMAN

A América Latina e o Caribe são um território de disputa material e simbólica. O avanço do poder e da ganância do império nas últimas décadas é impressionante, e tem se dado de forma acelerada e implacável. Trata-se de uma expansão da violência e da espoliação sem precedentes. Isso se reflete no nível institucional, econômico e produtivo, por meio de políticas neoliberais implementadas pelos representantes corporativos do poder concentrado, que colocam em prática estratégias para destruir as condições de vida dos nossos povos.

Essa realidade implica, para nós, a construção de condições de organização popular para disputar todos os espaços em que se dá a luta pela superação das desigualdades e assimetrias das nossas sociedades. Precisamos travar uma luta emancipatória que permita definir outro modo de reprodução da vida em comum. Nesse sentido, as contribuições do feminismo — e, particularmente, da Marcha Mundial das Mulheres — e todos os debates realizados na Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo foram muito importantes para nossa organização.

A experiência da formação dos nossos países mostrou que a administração dos Estados não é suficiente, porque a matriz colonial e neoliberal se infiltrou profundamente nas estruturas e limitou o desenvolvimento e a transformação que nossas sociedades precisam. Nesse sentido, é fundamental para a classe trabalhadora reivindicar a luta pelo poder e a representação política dos povos. Isso precisa nos unir, não necessariamente com um partido político, mas com um projeto político emancipatório.

Os feminismos latino-americanos têm uma virtude: eles criaram uma identidade política capaz de colocar no cenário regional o questionamento radical dos sistemas de conhecimento e de organização da sociedade. Sobretudo a partir da década de 1990, a construção da cidadania e a necessidade de aprofundamento da democracia nos países de nossa região passaram a estar em pauta, e a relação entre movimentos e Estados, bem como o desenvolvimento de estratégias para influenciar esses processos democráticos, passaram a estar no centro do debate. O feminismo popular desenvolvido no nosso continente deu contribuições fundamentais para expor essas tensões.

Hoje, com relação à agenda, surge uma questão central: que lugar deve ser dado aos esforços para institucionalizar a política de direitos em contextos de aprofundamento da exclusão e das desigualdades sociais? As conquistas que tivemos nos últimos anos foram importantes, mas parecem muito pequenas diante dos desafios de incorporar a igualdade e os direitos

ao debate democrático. O foco da construção democrática deve ser a criação de uma vida que valha a pena ser vivida. A luta pelos direitos das mulheres exige o desenvolvimento de uma visão estratégica de futuro, na qual as agendas feministas não se sustentem apenas na defesa discursiva e na reivindicação de um espaço próprio, mas na articulação das demandas democráticas da sociedade. Que sejam garantidos espaços de contestação e alternativas em termos de pensamento, mas também – como costumava dizer Nalu Faria – em termos de ação.

*Que sejamos capazes de elaborar não só o possível,
mas também o que é desejável.*

Na Confederação Sindical das Américas (CSA) e na minha própria organização, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Argentina - Autônoma (CTA-Autônoma), temos uma agenda fortemente ligada à luta do movimento feminista popular. Fazemos uma reflexão sobre os debates que estão sendo construídos em nosso continente. Não falamos apenas de um feminismo popular, falamos também das contribuições dos feminismos decoloniais em nosso continente, que nos permitem abordar diferentes aspectos da integração a partir de uma perspectiva diferente.

O pensamento decolonial aprofunda nosso feminismo, nossas perspectivas sobre o conflito Norte-Sul, a dimensão global e os vínculos locais, para denunciar a colonialidade que persiste em nossos territórios e corpos. Ele nos permite analisar questões que vão desde a geopolítica até a dependência econômica e cultural e a injustiça social em toda a região. Também nos permite buscar respostas através da resistência, que está vinculada à tentativa de descolonizar o conhecimento e o poder. Esse feminismo decolonial que surgiu na década de 1980 como uma revisão crítica dos feminismos hegemônicos precisa ser recuperado.



O feminismo hegemônico continua presente na nossa região e estabelece uma visão única e universal, com base nas preocupações das mulheres brancas, ocidentais, europeias ou norte-americanas. É importante voltar a falar dos feminismos negros, que foram os primeiros a se posicionar em relação a esses feminismos ocidentais. Devemos retornar à tradição do pensamento crítico latino-americano, incluindo a crítica à cooptação internacional do feminismo. Parte do feminismo que surgiu na década de 1990 foi cooptado por organizações não governamentais e organismos financeiros internacionais que tentam nos inserir em uma agenda ligada à defesa dos direitos individuais, negando ou colocando em segundo plano os direitos coletivos.

Precisamos revalorizar o conhecimento situado e horizontal, sem pretensões de universalismo ou verdades incontestáveis, para obtermos respostas mais acertadas e mais alinhadas com os problemas de nossa região. Nosso feminismo popular, em suas diferentes vertentes, teve a capacidade de repensar o conceito de poder e as lutas pelo poder, enfatizando as diferentes formas de opressão. A partir da promoção da horizontalidade das relações, devemos continuar contribuindo para a crítica da ordem internacional, desarticulando as relações estruturadas em torno da masculinidade.

Dessa forma, podemos continuar refletindo e fazendo novas perguntas: quais são os papéis sociais construídos e atribuídos a homens e mulheres nos processos de integração regional? Que outras desigualdades estão interligadas às desigualdades de gênero? Como essas relações se cristalizam na construção da institucionalidade? Como os processos de integração têm impacto sobre nossos afetos, emoções e corpos? Onde e como os espaços de mulheres e diversidades são incluídos nesses processos? Todas essas perguntas também têm a ver com as nossas contribuições já feitas, e com aquelas que devemos continuar fazendo para a construção de uma agenda que leve em conta as questões das mulheres.

Os desafios não têm a ver apenas com a visibilidade dessas múltiplas desigualdades, subalternidades e hierarquias que atravessam todos os sujeitos e sujeitas que estão nesses espaços políticos. Analisar a integração regional a partir de uma perspectiva feminista popular e decolonial não significa ater-se a uma perspectiva de vivência, e sim fazer um esforço indispensável para formular novas perguntas que questionem esses processos de integração. Temos feito muito, mas ainda temos muito a fazer. O que ficou em segundo plano? Precisamos articular o conjunto de conhecimentos que construímos, bem como as lutas sociais que permanecem segmentadas pela lógica patriarcal. A partir do feminismo, podemos criar vasos comunicantes para analisar e pensar em estratégias regionais desafiadoras e articuladas com a mobilização social atual. O feminismo constrói pontes e preenche lacunas.

Alejandra Angriman é militante da Marcha Mundial das Mulheres na Argentina, integrante da Central dos Trabalhadores da Argentina - Autônoma (CTA-Autônoma) e atualmente é presidenta do Comitê de Mulheres da Confederação Sindical das Américas (CSA). Este texto é uma edição de sua exposição no webinar “Feminismo e integração regional”, realizado pela MMM Américas em 30 de novembro de 2023.



Feminismo popular e revolucionário em Cuba

POR ELPIDIA MORENO



Feminismo popular e revolucionário em Cuba

POR ELPIDIA MORENO

Em Cuba, desde antes de 1959, já havia evidências de um feminismo revolucionário e popular, demonstrado na incorporação das mulheres nas lutas libertárias e na formação de valores de seus filhos para a defesa da pátria. Mariana Grajales, a mãe da pátria, ao receber a notícia de que seu filho Antonio Maceo recebera seu primeiro ferimento de guerra, disse ao filho mais novo, Marcos: “Prepare-se, é hora de você lutar pela pátria como seus irmãos”. Foram muitas as mulheres que lutaram pela independência de Cuba.

A presença de Vilma Espín nas lutas pela liberdade de Cuba e, posteriormente, como presidente da Federação de Mulheres Cubanas, demonstrou a existência de mulheres que, durante essa etapa que lhes tocou viver, deram tudo de si para o desenvolvimento da sociedade. Vilma travou batalhas em favor das mulheres e aglutinou forças para que as mulheres pudessem se tornar, hoje, protagonistas e beneficiárias do processo revolucionário.

Da mesma forma, antes de 1959, as mulheres se uniram para obter uma lei sobre divórcio e o direito ao voto. No entanto, foi só após o triunfo da Revolução que as mulheres compartilharam o primeiro programa de igualdade. A Revolução veio para toda a população.

Com a vitória revolucionária, ocorreram transformações econômicas, políticas, sociais e culturais profundas que favoreceram a população cubana, e foram promulgadas várias leis e disposições legais para garantir os direitos humanos de todos os cidadãos e cidadãs. Em particular, as mulheres foram beneficiadas com a proteção de seus direitos reprodutivos e sexuais, planejamento familiar e saúde. Entre as leis que mais se destacam, estão as leis de maternidade que favorecem as mulheres trabalhadoras, o direito à educação, à seguridade e assistência social, ao emprego, ao avanço técnico e cultural, ao desenvolvimento, ao voto, a eleger e ser eleita.

Em Cuba, as mulheres representam 62% da população com formação superior, 67,2% do total de pessoas com formação técnica e profissional, e 45,4% da força de trabalho do setor civil estatal. No setor de saúde pública, gratuita e universal, elas representam 70,9% da força de trabalho, 62% do quadro de médicos. E elas se destacam por seu desempenho na ciência, um setor em que Cuba ultrapassou a paridade de gênero, com 53,3% de mulheres.

A Federação das Mulheres Cubanas tem trabalhado sistematicamente para que mais mulheres ocupem cargos de decisão, especialmente no sistema de Poder Popular. Os resultados alcançados na última legislatura confirmam que Cuba é o segundo Parlamento no mundo com a maior participação de mulheres, com 55,74% de deputadas. No Conselho de Estado, elas correspondem a 52,4%.

Temos um Programa Nacional para o Avanço das Mulheres, com 7 áreas de implementação que favorecem as mulheres cubanas. Temos um novo [Código das Famílias](#) que foi aprovado por referendo popular, com um amplo processo de participação cidadã. O Código reconhece a igualdade de todas as pessoas e que a violência de gênero tem consequências legais e oferece garantias às pessoas cuidadoras.

Essas são algumas evidências do que alcançamos na promoção dos direitos e do empoderamento das mulheres. No entanto, apesar de todos esses avanços, ainda temos desafios: trabalhar para eliminar os resquícios de desigualdade e discriminação que persistem na sociedade cubana; compartilhar os cuidados com a família, pois eles ainda recaem sobre as mulheres, assim como as tarefas domésticas; continuar trabalhando para eliminar qualquer tipo de violência contra as mulheres; continuar condenando o [bloqueio econômico](#), comercial e financeiro, principal ato de violência sofrido pelas mulheres cubanas há mais de 60 anos.

Em meio a tantas dificuldades, temos sido porta-estandartes da solidariedade internacional e da integração regional. Estivemos em Angola e deixamos sangue cubano nos combates. Também levantamos as bandeiras da solidariedade na Etiópia, na Namíbia, e sempre que recebemos a notícia de um terremoto no Peru, na Indonésia, ou de algum furacão na América Central, lá estaremos, com o espírito de estoicismo revolucionário e a verdadeira convicção de que compartilhamos o que temos e não o que nos sobra, desafiando o tempo e as dificuldades. Como arma, carregamos nossos jalecos brancos e os instrumentos necessários para curar o mundo.

A “Operação Milagre” devolveu a visão a milhões de pessoas que achavam que, por serem pobres, seu problema de saúde não teria solução. Não tivemos medo de enfrentar o Ebola, e uma brigada chamada “Henry Reeve” viaja agora pelo mundo fazendo amigos. A dengue em El Salvador não nos intimidou e temos a satisfação de ter estado na Nicarágua. Construimos o aeroporto de Granada e transformamos os reveses em vitórias, como nos ensinou Fidel. As e os profissionais de saúde foram para o Brasil participar do programa “Mais Médicos” e lá escreveram belas páginas de assistência, ética e relacionamento com os pacientes. Temos orgulho do fato de que 64% da equipe médica cubana que presta assistência médica no exterior são mulheres.

Durante a pandemia da COVID-19, as e os cientistas cubanos, em sua maioria mulheres, conseguiram produzir cinco vacinas potenciais e três delas foram aprovadas e possibilitaram a imunização de toda a população cubana, além de serem compartilhadas com vários países. Prestamos assistência a outros Estados, enviando 58 brigadas médicas a 42 países e territórios, incluindo países desenvolvidos.

Esses exemplos fortalecem nossas convicções. Nossa equipe médica continuará escalando montanhas, atravessando rios, dormindo ao relento, enquanto vocês, nossos amigos, continuarão defendendo a verdade. Vocês sempre identificaram quem são os verdadeiros

inimigos, quem provoca as guerras, quais são as causas da pobreza, da miséria, da fome e da falta de direitos básicos, que são violados diariamente no mundo.

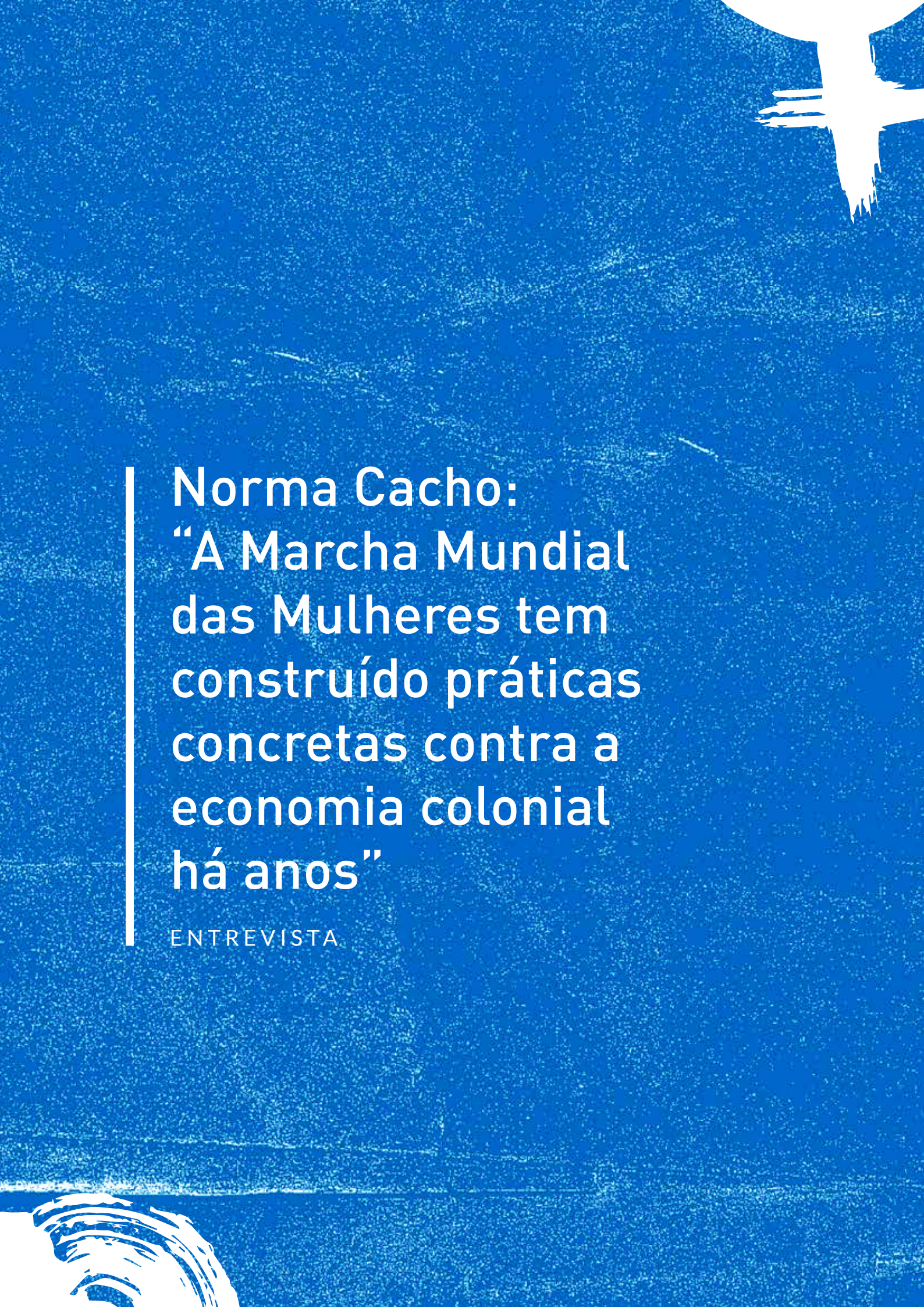
Nós, mulheres cubanas, fazemos parte dos movimentos sociais da América Latina. Devemos continuar divulgando o debate diverso e plural e contribuir para a incorporação da perspectiva de gênero em outros movimentos; continuar a batalha contra as corporações transnacionais e o latifúndio; trabalhar nas comunidades da região para incorporar as mulheres de diferentes setores em movimentos de solidariedade, com aquelas que resistem em seus territórios, pelo direito à terra, à soberania alimentar e à cultura.

O feminismo popular e revolucionário aparece nas agendas políticas, mas ainda persistem ideias e opiniões falsas. Há mulheres que sabem o valor da emancipação e da luta pela igualdade, mas quando você pergunta “você é feminista?”, elas dizem “não”. Devemos contribuir para uma recomposição do movimento feminista, levando em conta a mobilização, a ocupação das ruas, a solidariedade entre os povos, o enfrentamento dos bloqueios econômicos e políticos, a luta contra o patriarcado, o neoliberalismo e o capitalismo. As práticas de educação popular e grupos de reflexão feministas são fundamentais para a construção permanente do movimento e a capacidade de responder aos desafios de cada contexto.

Devemos valorizar as vantagens do socialismo, bem como trabalhar no presente para a integração regional, a fim de deixar o legado da unidade para as novas gerações. Devemos levar a paz e as bandeiras do internacionalismo e da solidariedade internacional a níveis mais altos; e sustentar uma frente comum pelas causas justas e nobres, contra a pobreza e a violência. Lutar juntas pela Palestina, Venezuela, Cuba e todos os territórios que estão bloqueados pelo governo dos Estados Unidos e seus aliados. Ter uma frente comum pelos países que vivem sob bombardeios e nos quais, dia após dia, morrem pessoas inocentes.

Esse é o grande desafio: continuar contribuindo para o feminismo revolucionário e popular como um movimento que luta para transformar o mundo e a vida das mulheres. Todas nós, juntas, podemos conseguir isso, com a unidade e a integração de nossa América.

Elpidia Moreno é integrante da Federação de Mulheres Cubanas (FMC) e integrante do capítulo cubano da Marcha Mundial das Mulheres (MMM). Este texto é uma edição de sua exposição no webinar “Feminismo e integração regional”, realizado pela MMM Américas em 30 de novembro de 2023.



Norma Cacho:
“A Marcha Mundial
das Mulheres tem
construído práticas
concretas contra a
economia colonial
há anos”

ENTREVISTA

Norma Cacho: “A Marcha Mundial das Mulheres tem construído práticas concretas contra a economia colonial há anos”

Norma Cacho é militante da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) no México. Desde outubro de 2023, integra o Comitê Internacional do movimento, como uma das representantes da região das Américas, ao lado de Alejandra Laprea, da Venezuela, e Cony Oviedo, do Paraguai (suplente). Norma iniciou sua militância no feminismo lésbico, em coletivas que reivindicavam o feminismo lésbico como uma aposta política antissistêmica. “A partir disso, eu passei a ver a complexidade das opressões das mulheres, não apenas a heterossexualidade compulsória ou o regime heterossexual, mas o colonialismo, o patriarcado, o racismo e o capitalismo, essa rede de opressões e dominação que violenta os corpos e os territórios das mulheres no Sul global”.

Norma participou de processos de formação regionais e internacionais, e fez parte do grupo de trabalho metodológico da Escola Feminista Berta Cáceres da MMM Américas em 2022. “Estou convencida de que a formação política sob a perspectiva da educação popular feminista é uma estratégia vital para o fortalecimento dos movimentos feministas e mistos, com foco nas apostas construídas pelas mulheres”, diz ela.

Nessa entrevista, que pode ser lida em português ou ouvida em espanhol, Norma compartilha sua visão sobre os desafios que o movimento feminista enfrenta global e regionalmente, e as contribuições do feminismo popular, da economia feminista e das alternativas propostas pelas mulheres dos territórios, unindo o local e o global.



Como foi entrar na Marcha Mundial das Mulheres a partir do lugar de resistência que é a militância feminista lésbica?

Reivindicar a prática feminista lésbica não como uma orientação sexual ou apenas como uma identidade, mas como uma prática e uma reivindicação antissistêmica contra o regime heterossexual imbricado com o colonialismo, o patriarcado e o racismo: essa tem sido uma das contribuições que temos buscado nas reflexões e conceitualizações da MMM. No nível regional, me lembro do Encontro Internacional que tivemos no Brasil em 2013, em que organizamos um grande grupo de lésbicas com camisetas sobre essas múltiplas opressões. Nós nos reivindicamos como lésbicas feministas, mas também estamos envolvidas em processos de defesa territorial e na construção de alternativas econômicas populares.

Não nos vemos separadas da luta pela defesa do território ou contra as empresas extrativistas e transnacionais, pois estamos também somando nossas reflexões do feminismo lésbico para observar toda essa implicação sistêmica das violências contra as mulheres.

Acho que é importante recuperar a memória e a história da Marcha como um movimento em que as feministas lésbicas contribuíram com epistemes, práticas e mobilização. Nós estamos lá e continuamos contribuindo.

Você acaba de entrar para o Comitê Internacional da Marcha Mundial das Mulheres. Quais você acha que são as tarefas das Américas no fortalecimento da MMM internacionalmente?

Sem dúvida, temos desafios, objetivos pendentes, mas, em termos políticos e epistêmicos, somos uma região com muito acúmulo político articulado — não apenas entre nós como região, mas também vinculado a outros movimentos globais. Essa é uma visão que vamos poder imprimir como nossa marca no Comitê Internacional. Também temos uma contribuição importante a fazer com o aprofundamento teórico-conceitual e formativo que temos feito nos últimos anos. A história dos processos de formação na Marcha Mundial das Mulheres é uma marca importante. Fazemos formação política o tempo todo, não apenas com a Escola Internacional de Organização Feminista Berta Cáceres, mas também em nível local. As coordenações nacionais têm a formação política popular e feminista como uma de suas principais bandeiras e como um caminho de fortalecimento.

O Comitê Internacional não é apenas uma instância de consulta, é uma instância de deliberação. Nossas companheiras nas regiões nos dão um mandato de confiança para guiar os caminhos políticos da MMM ao longo dos próximos dois anos pelo menos. É uma tarefa substancial, especialmente porque estamos vivendo um contexto de ataques muito fortes da ultradireita, do fascismo neoliberal, das corporações transnacionais tomando territórios, das guerras de ocupação contra o povo palestino e o povo saarauí, entre muitos outros. Essas lutas sempre estiveram presentes na MMM, porque temos companheiras nesses territórios ocupados.

Nesse contexto, precisamos fortalecer o movimento internacionalmente em termos de aliança e capacidade de mobilização; e posicionar não só nossas demandas diante desses cenários de ocupação, guerra e disputa, mas também nossas apostas de transformação, que já estão nos territórios. A economia feminista tem sido uma das nossas apostas políticas mais contundentes nos últimos anos, assim como nossa visão sobre integração regional, feminismo popular e poder popular. Essa é uma tarefa de todas, mas o Comitê Internacional tem uma tarefa muito importante de condução política.

Na 13ª Encontro Internacional da MMM, vocês falaram sobre a próxima Ação Internacional do movimento, que será em 2025. De que forma é possível combinar memória e ação para construir uma mobilização forte?

A 6ª Ação Internacional precisa expressar o poder do acúmulo político de 25 anos de movimento. O lema que definimos para a 6ª Ação, “Marchamos contra as guerras e o capitalismo, por soberanias populares e o bem viver”, sintetiza muito bem nossas apostas políticas nesse momento crucial da conjuntura. A ação precisa resgatar a memória e a construção histórica que acumulamos, mas também precisa ser profundamente mobilizadora, demonstrando força nas ruas. As ações internacionais da Marcha têm sido um exemplo do poder de mobilização do movimento.

Depois de um momento tão crucial como a pandemia que vivemos — e que, embora não tenha nos limitado como movimento, redefiniu nossas condições de mobilização —, a 6ª Ação precisa ser capaz de aglutinar, articular e ser muito potente. Embora existam contextos diferentes, com reivindicações que fazem mais sentido em alguns territórios do que em outros, temos muitas sinergias, convergências políticas e também uma visão de futuro e de movimento. Também temos que fortalecer o caráter de processo. A Ação sempre é encerrada em um território que geralmente está em disputa, mas também é uma jornada profundamente política que envolve mobilização, formação e ação.

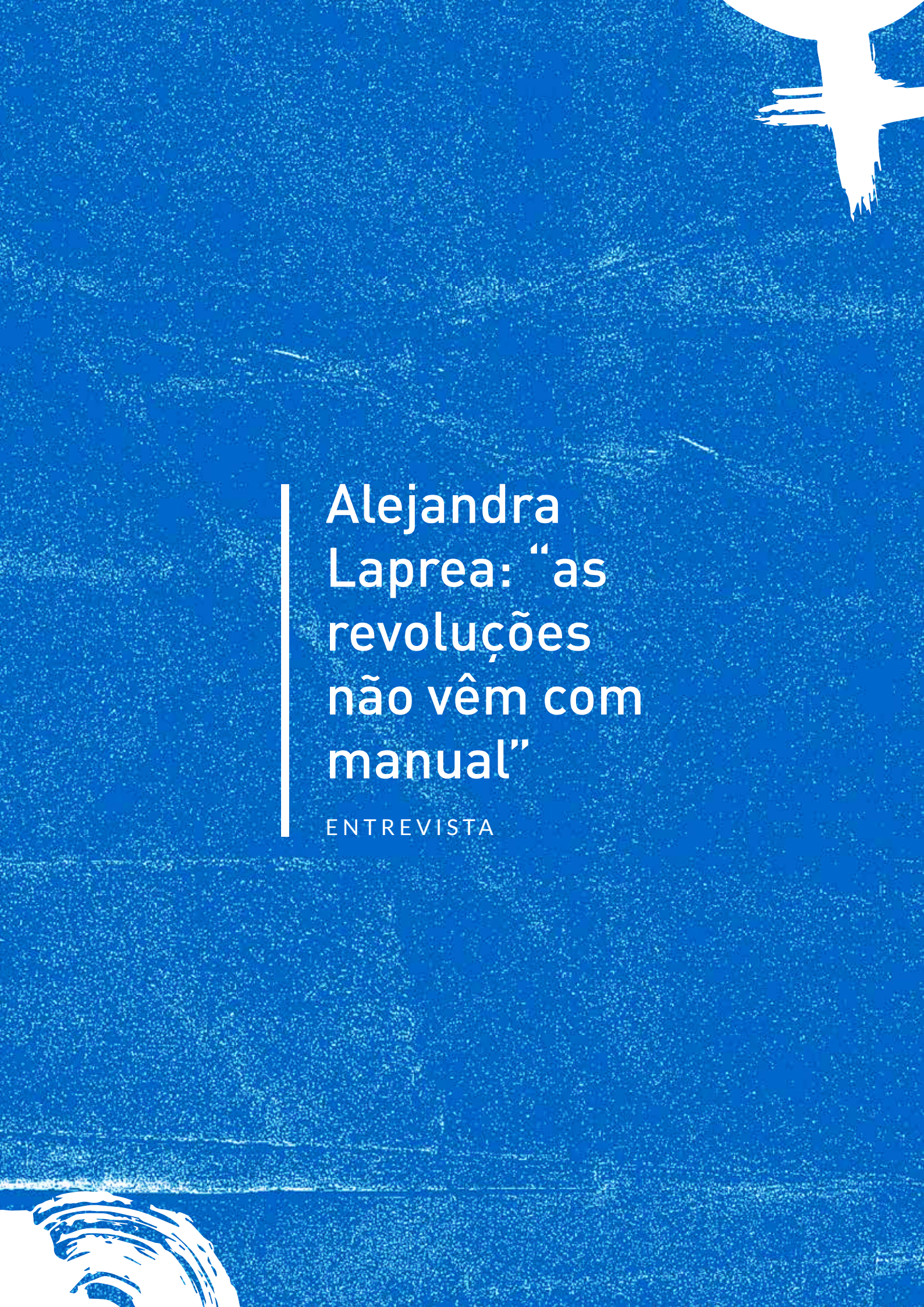
Você falou sobre os desafios internacionais do feminismo. Voltando às Américas, quais são os desafios específicos da região? Quais são os enfrentamentos comuns nos territórios do continente? E como a MMM pode contribuir nisso?

A guinada de Abya Yala para governos de extrema direita é uma tendência que exige muita crítica — a última eleição na Argentina, outras em que governos progressistas venceram, mas por margens muito pequenas, como a do Brasil, e no México agora estamos diante de uma eleição federal muito disputada. A direita não é mais apenas aquela ultradireita partidária, o discurso mudou muito, é uma direita populista com impacto massivo. Os fundamentalismos, de mãos dadas com a ultradireita, estão criando um cenário que poderá se intensificar nos próximos anos.

Por outro lado, considero que o aprofundamento da economia extrativista e colonial também é um cenário que vai se intensificar. As políticas extrativistas e os megaprojetos disputam territórios ancestrais, especialmente territórios indígenas e da população negra, onde as mulheres estão colocando o corpo e a vida e construindo práticas e alternativas antissistêmicas. A Marcha Mundial das Mulheres vem construindo práticas concretas há muitos anos para o enfrentamento desses cenários. Vale a pena falar sobre as próximas agendas na região, como a Jornada Latino-Americana e Caribenha de Integração dos Povos. Acredito que a articulação regional, que se nutre da luta local, territorial e das apostas dos feminismos populares, do sindicalismo progressista, dos movimentos pela justiça ambiental e climática, cria sinergias vitais e essenciais para enfrentar esses cenários da ultradireita fascista.

A contribuição que a Marcha Mundial das Mulheres pode dar diante desses cenários nas Américas é enfatizar a importância da vida das mulheres e dos povos, colocando a vida no centro. Isso faz parte da economia feminista de ruptura que estamos construindo como movimento. E isso tem muito a ver com a denúncia das instituições financeiras internacionais que ameaçam a vida das pessoas, das transnacionais e dos poderes corporativos que estão unindo forças com a ultradireita para destruir a vida dos povos. Nossos acúmulos não são apenas conceituais, não são apenas epistemológicos: são nossa prática.





Alejandra
Laprea: “as
revoluções
não vêm com
manual”

ENTREVISTA

Alejandra Laprea: “as revoluções não vêm com manual”

Desde outubro de 2023, Alejandra Laprea é uma das novas representantes das Américas no Comitê Internacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), ao lado de Norma Cacho, do México, e Cony Oviedo (suplente), do Paraguai. Alejandra é cineasta e militante da La Araña Feminista, uma rede de coletivos que se juntou à MMM em 2013.

Alejandra participou da 8ª Conferência Internacional da Via Campesina, realizada em Bogotá, Colômbia, entre os dias 1 e 8 de dezembro. Também esteve presente na [6ª Assembleia de Mulheres da Via Campesina](#), realizada no dia 2 de dezembro, mantendo o compromisso com a articulação entre feminismo, soberania alimentar e a transformação global do sistema econômico. Nessa ocasião, ela concedeu ao Capire a entrevista abaixo, pontuando a história da Marcha Mundial das Mulheres na Venezuela, as lutas anti-imperialistas no país e na região e a importância de se construir um feminismo popular internacionalista com uma sólida prática de aliança com outros movimentos populares globais.



Você poderia contar um pouco sobre sua trajetória política e a formação da Marcha Mundial das Mulheres na Venezuela?

A Venezuela chegou na Marcha Mundial das Mulheres, a princípio, a partir da rede de coletivos La Araña Feminista, uma rede que nasceu em 2010. Lembro que, em 2012, em uma de nossas reuniões, analisando a situação do país e o bloqueio midiático que estávamos enfrentando, decidimos começar a nos articular com outras organizações semelhantes à nossa para quebrar esse bloqueio imposto a nós. O primeiro bloqueio que a Venezuela sofreu foi esse: não poder contar ao mundo o que estava acontecendo, ou apresentar uma versão do que estava acontecendo não muito próxima do que estávamos vivenciando.

A Nalu Faria, que era muito amiga da Alba Carosio, uma das fundadoras do La Araña, sempre dizia “Alba, olha, a Marcha está fazendo isso e aquilo...”. Então quando La Araña tomou a decisão de começar a se articular internacionalmente, fomos convidadas, por meio desse contato entre a Nalu e a Alba, para o 9º Encontro Internacional da MMM, que aconteceu em São Paulo. Eu e a Aimée Benitez fomos como delegadas e participamos das metodologias por idioma e por região. Nunca tínhamos estado em um espaço tão grande e com um nível de organização tão alto. Voltamos para a Venezuela, apresentamos o relatório e em 2014 fizemos a solicitação formal para nos unirmos à Coordenação Nacional da Marcha. Naquela época, nosso coletivo estava presente em seis ou oito estados da Venezuela. Começar a fazer parte da Marcha foi uma experiência muito rica, principalmente pela troca de informações, conhecimento, saberes, e cumpriu exatamente o objetivo que tínhamos.

Lembro que, em um primeiro momento, ninguém sabia sobre a Venezuela, ninguém sabia o que pensar sobre a Venezuela ou a Revolução. As pessoas mais “sensatas” permaneciam neutras. Também corríamos o risco de que as organizações de direita do país tomassem conta desses espaços e continuassem reproduzindo o discurso dominante, que deslegitima a decisão do povo venezuelano. Não se pode dizer que a decisão é boa ou ruim, a decisão é nossa

Nas Américas, o que as lutas na Venezuela contra o imperialismo podem ensinar ao continente?

Acho que todas as coordenações nacionais têm muito a compartilhar em termos de conhecimento sobre resistência, luta e propostas. Nós, como povo, somos teimosos e gostamos de sorrir. Se há algo que destaco em meu país e em nós, mulheres, é a nossa tenacidade. Tomamos uma decisão e queremos levá-la até o fim. Esse é o compromisso que temos. E cometermos erros? Sim, pois as revoluções não vêm com um manual, e os livros de história e as experiências não podem ser adaptados de um país para outro. Às vezes acontece, por exemplo, de olhar para a Guatemala e saber o que vai acontecer com eles, porque é algo que estou vivendo há duas décadas. Sei como é apostar em uma opção política, cumprir todas as regras do jogo e depois ter de defender sua decisão todos os dias até o fim da vida.

E o que eu posso compartilhar? Acho que a teimosia, a tenacidade e o compromisso que temos em nossas decisões eleitorais e em nossas decisões como povo, de querer transformar nosso sistema e nossa maneira de se organizar

Como você vê a atual disputa pelo território de Essequibo?

O Essequibo faz parte do meu território de origem. Para mim, essa é uma questão muito próxima, porque a vivi ao longo da vida. Sei que é difícil de entender, mas é uma disputa territorial que remonta à época em que o capitalismo tentou reorganizar o mundo. O Império Espanhol chegou ao fim e os outros impérios emergentes disseram “bom, aqui tem um território que não podemos dividir”. Esse território é muito rico em biodiversidade, em água doce. Agora, a disputa está concentrada apenas na plataforma continental marítima de gás, mas as riquezas de água doce são impressionantes.

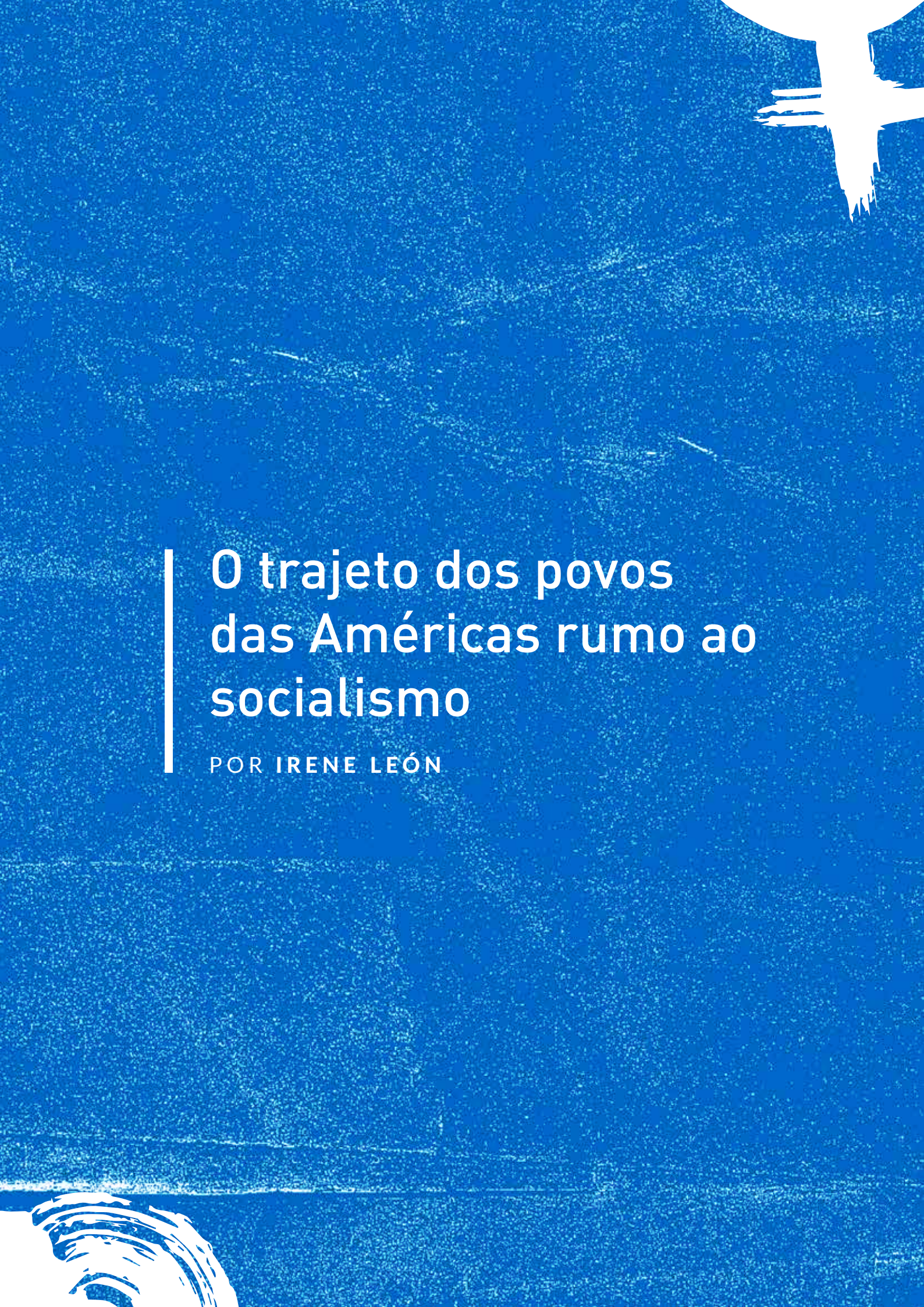
Quando se nasce com uma luta dentro, há uma necessidade de se defender diante daquilo que é injusto, contra algo que tem mais influência em um tribunal internacional por falar inglês e então poder dizer “bom, esse pedaço de terra agora é meu”. Há alguns anos, o mapa da Venezuela vem sendo sistematicamente mutilado com essa narrativa, mas o Essequibo é um território que historicamente pertenceu à Venezuela, compartilhamos a mesma geografia. Ele faz parte da nação pemona, que é um povo indígena, e é o seu verdadeiro território. Faz parte de nossa paisagem.

Acredito que o referendo é um lembrete para as outras áreas do país, que estão muito distantes geograficamente. O referendo foi bom para lembrar a todos os venezuelanos que o Essequibo existe, que também é parte da Venezuela, e que precisamos defendê-lo, por sua biodiversidade, pelas pessoas que vivem lá, por sua paisagem. Em algum momento, a fome de território da Inglaterra foi tanta que ela mudou os limites da fronteira a quatro horas da cidade onde nasci. Isso mostra um pouco como esses impérios nos veem. Estávamos criando uma nação que tinha conflitos internos, mas estávamos nos reorganizando, nos recuperando de mais de 30 anos de guerra pela independência. E foi nesse momento que eles decidiram tirar uma porcentagem importante de nosso território. Como venezuelana, e como guianense, preciso dizer que o Essequibo é nosso, é meu, é terra venezuelana.

Como você vê o papel da Marcha Mundial das Mulheres no contexto global? Qual é a importância estratégica das alianças na construção do feminismo popular?

A Marcha Mundial das Mulheres tem sido um espaço muito importante para a articulação e ações comuns regionais. Imaginar que a Marcha está nas cinco grandes regiões do planeta – algumas delas tão diversas, como a Ásia – e que o movimento feminista tem um espaço onde podemos nos juntar, olhar umas para as outras e ter um discurso comum, isso para mim é extremamente importante. É um acúmulo de potência para o movimento e uma amplificação de nossas vozes e ações. Essa também é a importância do internacionalismo feminista: a amplificação das vozes e das diferentes lutas, e o reconhecimento dos mecanismos do patriarcado e do capitalismo, que podem ter nomes diferentes, mas são os mesmos mecanismos de opressão. Se são os mesmos mecanismos de opressão, temos de pensar juntas como enfrentá-los.

As alianças na luta feminista são extremamente importantes. Não podemos falar sobre a libertação de metade da população apenas entre mulheres. Temos de falar sobre isso com todos, todes e todas. Vir a um espaço como a Conferência da Via Campesina; poder criar causas comuns; encontrar pontos em que nossas lutas se cruzam, se entrecruzam; se identificar e começar a elaborar estratégias e ações em conjunto; tudo isso é extremamente potente. Construir a unidade dos movimentos populares e sociais é fundamental para acabar com o sistema de opressão múltipla. As opressões não agem separadamente. Então, por que nós deveríamos atuar de forma separada?



O trajeto dos povos das Américas rumo ao socialismo

POR IRENE LEÓN

O trajeto dos povos das Américas rumo ao socialismo

POR IRENE LEÓN

A criação de condições para uma transição ao socialismo é e tem sido incessante e desafiadora. Mesmo assim, traçarei aqui uma brevíssima linha do tempo, para dar conta de alguns dos marcos mais relevantes deste início de século, nesta região que está em pleno movimento. Mas, antes de abordar essa fase, vou evocar alguns acontecimentos incontornáveis do século passado, porque nada pode ser explicado na região sem mencionar que, no final da década de 1950, Cuba acendeu uma luz que ainda ilumina as perspectivas de mudança no continente e no mundo. A sua proposta segue vigente e a sua experiência é um testemunho da possibilidade histórica de deixar para trás o capitalismo e as suas crises, bem como da viabilidade de construir um projeto socialista de grande escala.

No início da década de 70, o governo da Unidade Popular no Chile permitiu visualizar a probabilidade de chegar ao poder de forma pacífica e postular mudanças estruturais. Ao mesmo tempo, mostrou que se trata de uma disputa ampla, uma vez que o revés sofrido pelo processo de construção socialista de Salvador Allende não afetou apenas o Chile, mas o mundo inteiro. O golpe de 1973 inaugurou o laboratório do neoliberalismo, modelo excludente que definiu as regras do jogo para o mercado total como aspiração imprescindível para o reposicionamento do capitalismo, que persiste no cenário mundial até agora.

No final da mesma década, na Nicarágua, após a demissão do ditador Anastasio Somoza, a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) chegou ao poder em 1979 com uma agenda de mudanças estruturais e redistribuição. Foram anos em que foram abertos caminhos de luta pelo socialismo na América Central. Nas décadas de 1970, 1980 e até o final da década de 1990, batalhas heroicas ocorreram na Guatemala e em El Salvador; foram heroicas não apenas porque ocorreram em condições desiguais, mas porque suscitaram aspirações de vitória e desencadearam um processo que levou, já neste século XXI, à chegada ao poder da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional em El Salvador, o que também constitui uma contribuição para as transformações processuais que continuam sendo disputadas na região.

Na década de 1980, no Haiti, a Revolução Lavalas (“avalanche” em créole) tirou Jean-Claude Duvalier do poder e, assim, derrotou uma ditadura que passava de pai para filho durante mais de 25 anos. O governo de Jean Bertrand Aristide propôs um conjunto significativo de mudanças em um contexto muito complexo, incluindo a pacificação do país e a soberania. Da mesma forma, naquelas terras caribenhas de grandes projetos de independência, Granada suscitou aspirações ao socialismo, com a vitória em 1979 do Movimento New Jewel liderado por Maurice Bishop. Ali surgiram mudanças socioeconômicas que incluíam

a igualdade das mulheres e uma reorganização do Estado que foi impedida por um golpe de Estado e pelo assassinato de Bishop em 1983.

Na década de 1990, com a globalização elevada, o movimento camponês apresentou ao mundo uma postura crítica sobre a enorme comercialização. A Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC) e a Via Campesina lançaram uma agenda de resistência à tentativa de colocar os direitos comerciais acima dos direitos dos povos, que se forjava no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). Com o lema de “manter a agricultura fora da OMC”, estiveram presentes em Hong Kong, Cancún e em todos os lugares onde a OMC se reunia. Manifestaram o seu desacordo em relação ao surgimento das corporações transnacionais e do capital financeiro nos processos de produção e distribuição de alimentos, o que não só implicou o desaparecimento do campo como entidade social e cultural, mas também o aprofundamento das desigualdades e da fome. Em troca, propuseram o conceito de soberania alimentar, que é uma solução endógena e de sustentabilidade.

Os movimentos populares e sociais desempenharam um papel de liderança na produção de alternativas ao neoliberalismo no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. O novo século amanheceu com uma mobilização feminista e internacionalista contra a pobreza e a violência levantada pela Marcha Mundial das Mulheres, que também agregou com ideias para dismantelar as estruturas patriarcais como parte da realização de mudanças sociais.

Em 2001, o Brasil sediou o Fórum Social Mundial, inicialmente como alternativa ao Fórum Econômico Mundial de Davos. Com o lema “outro mundo é possível”, atraiu presenças multissetoriais e debates abertos. Rapidamente se tornou um laboratório mundial de alternativas. Por sua vez, o Fórum Social das Américas, com sede no Equador, em conformidade com o contexto de mudanças que a região vivia, teve grande relevância como espaço de debates, consultas e até iniciativas estratégicas.

Nesses mesmos anos, expressou-se uma significativa coesão popular e social em torno da resistência ao neoliberalismo, especialmente contra o livre comércio e contra o projeto hemisférico que os Estados Unidos propunham para a região: a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), cujo objetivo era uma reestruturação econômica sob a sua liderança e controle. Essas resistências resultaram em uma vitória histórica, que marcou a visibilidade das alternativas e pautas para a construção de processos de transição ao socialismo que se tornaram evidentes nas três primeiras décadas do século XXI.

Mas antes de abordar o conteúdo destas propostas de transição, é inevitável mencionar o Caracaço de 1989, que constituiu uma mobilização pioneira contra o neoliberalismo. O povo venezuelano nas ruas expressou que a exclusão socioeconômica provocada pelo neoliberalismo era inaceitável para o povo e acendeu uma luz que, no final dos anos 1990, iluminou ideias para delinear o socialismo do século XXI.

A Revolução Bolivariana iniciada em 1998 apresentou uma proposta de mudanças pacíficas e produziu conceitos significativos: revoluções constitucionais, democracia participativa e

protagônica, a refundação do Estado, o socialismo feminista, a dialética entre o local e a construção de um mundo multicêntrico e pluripolar, entre outros.

A metodologia de elaboração constitucional com a participação do povo para a refundação do Estado foi uma contribuição que inspirou os processos de mudança em outros países. No segundo quinquênio do século XXI, a Bolívia, de mãos dadas com o Movimento ao Socialismo (MAS) e com a liderança de Evo Morales, empreendeu a sua revolução democrática e cultural a partir de 2006, e reformulou-se constitucionalmente como Estado plurinacional. Em 2007, surgiu no Equador o processo da Revolução Cidadã, que produziu a Constituição do Bem Viver (2008), que contém uma proposta de mudanças de grande alcance.

No Brasil, o Partido dos Trabalhadores levou Lula ao poder em 2003: surgiu o progressismo, uma alternativa redistributiva, de mudanças para o Brasil e uma proposta geopolítica de articulação do Sul com grande perspectiva histórica. Também em 2003, na Argentina, chegou ao poder Nestor Kirchner, da Frente para a Vitória, que introduziu mudanças socioeconômicas e políticas significativas no seu país e deu contribuições históricas para o processo de integração regional. Processos semelhantes foram registrados com a ascensão ao poder da Frente Ampla com Tabaré Vazquez (2005) e posteriormente Pepe Mujica (2010) no Uruguai, enquanto em 2008 o Paraguai aderiu à linha dos países de mudança com Fernando Lugo, da Frente Guasú. Em Honduras, Manuel Zelaya (2006), oriundo de uma ala progressista do partido liberal, juntou-se às dinâmicas da mudança.

Nesta breve e incompleta revisão de um processo heterogêneo, é fundamental colocar a centralidade das propostas de integração regional, que despontaram após a inviabilidade da ALCA, em 2005. Cronologicamente, surge a Alternativa Bolivariana para os Povos da Nossa América (Alba), que resultou da resistência do povo e do encontro entre dois gigantes: Fidel e Chávez, que uniram a experiência do internacionalismo e da perspectiva de humanidade postulada pela Revolução Cubana com a visão geopolítica bolivariana da Pátria Grande, para levantar a aspiração da integração latino-americana e caribenha como o grande projeto histórico regional do século XXI.

A Alternativa, agora Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio Popular (Alba-TCP) é a proposta antissistêmica mais relevante que foi concebida nesta parte da história. Além da grande projeção de partilha de uma perspectiva econômica, política, cultural e outras, refere-se à transformação conjunta da região, o que poderá criar condições para uma transição para o socialismo. A sua agenda estratégica inclui abordagens produtivas e iniciativas de intercâmbio capazes de gerar processos de desconexão do capitalismo, inter-relacionados por sua vez com uma perspectiva geopolítica do Sul e de um mundo multicêntrico e pluripolar.

Da mesma forma, a União das Nações do Sul (Unasul, 2004) é levantada como um projeto de soberania da América do Sul, cuja perspectiva de articulação endógena, além da sustentabilidade regional, poderia resultar na criação de um polo de articulação geopolítica do Sul, com a capacidade de interlocução na construção de um mundo multipolar. Por sua

vez, a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) é criada como um mecanismo de interlocução política entre os 33 países da região, com capacidade de representar a região na sua relação com outros blocos e promover intercâmbios e projetos de desenvolvimento. Entre as primeiras conquistas da Celac está a declaração da região como zona de paz. Ela realiza reunião de cúpulas e planos inter-regionais com a China, a União Europeia e outros.

Esses são alguns componentes de uma arquitetura de integração que se apresenta como uma possibilidade para o futuro, em meio à diversidade política e aos diferentes projetos econômicos. É uma proposta que dialoga com a criação de órgãos de coordenação ou projetos conjuntos no Sul global, como é o caso do BRICS+ e outros.

A integração regional soberana proposta no cenário regional tem a singularidade de se erguer como um projeto histórico, por isso se diferencia dos blocos que se articulam apenas em torno do livre comércio.

A perspectiva da soberania e da diversidade inclui dinâmicas que resultam dos processos de mudança socialista e de afastamento do neoliberalismo e do capitalismo. Nesta linha, na segunda década do século XXI, vários países se retiraram do Ciadi (organização do Banco Mundial), contestaram os órgãos de arbitragem internacional do poder corporativo, apresentaram iniciativas para uma arquitetura financeira regional, e conceberam órgãos soberanos de segurança e defesa, de ciência e tecnologia e iniciativas culturais de grande projeção.

Na América Latina e no Caribe do século XXI, foram semeadas ideias para nos estabelecermos como uma potência anticapitalista, com outras formas de produzir e reproduzir a vida, colocando a vida no centro, deslocando o viés histórico de organizar tudo a partir da reprodução da capital, que distorceu a coexistência humana durante séculos.


Colocar a vida no centro é a resposta mais anticapitalista e de transição ao socialismo proposta nesses tempos. É uma perspectiva de mudanças substantivas, provenientes de uma conjunção entre uma abordagem feminista, com correntes da economia para a vida e outras perspectivas de sustentabilidade que, atualmente, são inadiáveis.

Nesta terceira década do século XXI, num contexto também afetado pela restauração conservadora, marcado pela emergência de redes de extrema-direita, inter-relacionadas com os poderes fácticos do capitalismo global que lutam por uma recomposição sistêmica, a região latino-americana e caribenha apresenta uma importante disputa pelas orientações da sociedade, graças a um acúmulo de perspectivas transformadoras e a um conjunto de experiências com amplas possibilidades de projeção para um futuro de mudanças.

Mesmo num contexto de alta intensidade como o atual, a região possui elementos suficientes para criar condições para disputar os sentidos de futuro. A estratégia para conseguir isso foi afirmada por Chávez: unidade, luta, batalha e vitória.

Irene León é socióloga equatoriana, integra a Rede de Intelectuais e Artistas em Defesa da Humanidade. Esse texto é uma edição de sua apresentação na etapa regional da Conferência Dilemas da Humanidade, que aconteceu em Santiago, Chile, em setembro de 2023.





Alternativas feministas para os dilemas da humanidade: enfrentar o capitalismo no presente

POR ANA PRISCILA ALVES

Alternativas feministas para os dilemas da humanidade: enfrentar o capitalismo no presente

POR ANA PRISCILA ALVES

A Marcha Mundial das Mulheres é carregada de uma tradição internacionalista. É também fruto da luta de toda uma vida da companheira Nalu Faria. Seguimos as tarefas que Nalu nos deixou – que são muitas, para todas e todos nós, lutadores e lutadoras do mundo que se encontraram com ela, cruzaram com sua dedicação, sua entrega e seus acúmulos.

Início, então, trazendo duas reflexões que Nalu sempre nos trazia. A primeira é a importância da construção do internacionalismo, entendendo que as lutas socialistas e feministas são antissistêmicas e precisam ser internacionais, entre companheiras e companheiros de todo mundo. A segunda reflexão é sobre a importância do processo; não só a importância desse espaço que construímos hoje, mas o processo que nos trouxe até aqui e também o que se desencadeia a partir desse espaço.

A organização contra a globalização

Em qual condição estamos nós, trabalhadores e trabalhadoras, hoje? Nossa organização é uma resposta e uma construção de alternativa para transformar as condições em que vivemos. Sob quais cenários surgem os movimentos sociais? Como a luta se organiza? No Brasil, por exemplo, entre 1964 e 1985, vivemos uma ditadura militar, em um processo que, paradoxalmente, fez com que vários movimentos sociais atuais surgissem, como o Movimento dos Trabalhadores Sem terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), entre vários outros.

Em seguida, na década de 1990, vivemos um momento em que o imperialismo nos impunha um projeto de globalização, internacionalizando ainda mais a economia neoliberal de precarização das nossas vidas. Na América Latina, em especial, tentaram nos impor a ALCA, um tratado de livre comércio. Naquele momento, na passagem dos anos 1990 para os 2000, a organização dos movimentos foi criando dois caminhos: alguns achavam que disputar aquela agenda da institucionalidade poderia trazer oportunidades; nós, por outro lado, acreditávamos que não. Entendíamos que aquilo era muito parecido com as condições em que já vivíamos, e que aquele projeto tentava aprofundar e nos prender em uma condição de subordinação.

A Organização das Nações Unidas (ONU) não nos representava, e entendíamos que a luta e as respostas necessárias só poderiam vir dos trabalhadores. Nesse contexto de neoliberalização, surgiu a Marcha Mundial das Mulheres, a Via Campesina e outros movimentos, com a compreensão de que, se a opressão é internacional, nossa resposta — nosso socialismo, nosso feminismo — também deve ser internacional.

A classe trabalhadora e seus dilemas atuais

Hoje, vivemos uma nova inflexão do sistema capitalista. Visualizamos que o sistema capitalista não apenas atenta contra o trabalho, mas contra a nossa vida. O capitalismo é incompatível com a vida. Vemos isso hoje no enfrentamento de nossas companheiras e companheiros da Palestina. Também vimos, nos últimos anos, no período da pandemia, pois enquanto nos países do Sul global as pessoas morriam, já havia uma vacina pronta e inacessível. Naquele momento, muitos de nós entendemos como as lutas pela quebra das patentes e contra as empresas transnacionais farmacêuticas faziam parte de uma luta de solidariedade internacional da classe trabalhadora.

O período pandêmico trouxe uma remodelação do trabalho, que foi ainda mais dura para as mulheres. Por um lado, vimos um aprofundamento da uberização, não só no trabalho de plataformas estritamente, mas na flexibilização de quaisquer direitos. Por outro lado, mesmo nessas condições precárias, as mulheres foram expulsas desse mercado de trabalho. No Brasil, no ano de 2020, 96% das pessoas que perderam seus empregos formais eram mulheres, segundo [levantamento da Relação Anual de Informações Sociais](#) (Rais). Essa tendência se colocou não só no Brasil, mas em todo o mundo. Hoje, temos muito mais homens na força de trabalho economicamente ativa do que mulheres.

As crises do capital são necessárias para recompor os lucros, mas também para recompor suas cadeias de exploração, das quais a divisão sexual do trabalho faz parte. As crises andam junto com políticas de austeridade, de redução do Estado e seus sistemas de saúde, educação pública e cuidados. Quando o mercado nos expulsa do mercado de trabalho e o Estado se retira dessas tarefas, o recado que nos dão é que essa responsabilidade é das mulheres. Que querem nos colocar de volta em casa para realizar o trabalho de cuidados dos doentes, das crianças, dos idosos e também dos homens, que estão nesse mercado de trabalho economicamente ativo cada vez mais adoecedor.

Para o sistema capitalista, todo esse trabalho de cuidados é das mulheres.

Essa condição traz à tona dois elementos: o primeiro é que o trabalho assalariado, que não é uma regra nem para o Sul global, nem para as mulheres. Há uma série de trabalhos não formais e não pagos. O segundo é a construção capitalista de falsas dicotomias, como produção e reprodução, público e privado, razão e emoção.

Todas elas são feitas para invisibilizar o trabalho gratuito realizado pelas mulheres. O trabalho de reprodução da vida sustenta a economia. Pressupor que as mulheres se responsabilizarão pelo cuidado nos impõe uma precarização estrutural, marcada pelo sistema capitalista, patriarcal e racista e pela divisão internacional do trabalho.

Alternativas feministas para mudar o mundo

Não nos serve um feminismo que, na verdade, é o capitalismo pintado de lilás. O feminismo precisa ser popular, dismantelar as bases desse sistema capitalista que nos oprime em todo mundo. Trazemos como alternativa uma economia feminista, capaz de colocar a vida no centro. A economia é o conjunto de tarefas que garantem a vida e fazem com que a sociedade continue funcionando.

Entendendo que o conflito do capital contra a vida estrutura nossa sociedade, construímos essas alternativas nos nossos territórios. Na pandemia, entendemos a necessidade de nomear quem nos oprime e de enfrentar a ofensiva das empresas transnacionais – as farmacêuticas, a mineração, a privatização da água, entre outras. As mulheres dão respostas porque estão na linha de frente dessa resistência em seus territórios, com memória, mística, agricultura familiar e economia solidária.

Quando olhamos para as alternativas propostas em nossos países e territórios, percebemos que esse é o desafio do nosso tempo histórico. Nos anos 1980, uma série de movimentos sociais foi capaz de surgir para lutar por democracia. Nos anos 1990, lutamos contra a globalização capitalista. Agora é o momento de entender a reorganização do capital e lutar para construir socialismo hoje, em nosso tempo histórico.

Esse sistema que nos mata não pode continuar.

Nalu Faria dizia repetidamente que a resposta para os problemas e os dilemas da humanidade está na própria classe trabalhadora, no dia a dia, nos movimentos, nas alternativas que já construímos todos os dias, nos nossos locais de atuação e vida. A resposta para dismantelar as bases materiais do capitalismo está nos movimentos de resistência que fazemos em todo o mundo. Essa é a nossa tarefa: mudar o mundo para mudar a vida das mulheres e mudar a vida das mulheres para mudar o mundo. E é por isso que seguiremos em marcha até que todas sejamos livres.

Ana Priscila Alves é militante da Marcha Mundial das Mulheres no Rio de Janeiro, Brasil. Este texto é uma edição de sua fala no painel “Organização da classe trabalhadora”, realizado no dia 15 de outubro, durante a 3ª Conferência Internacional Dilemas da Humanidade, em Joanesburgo, África do Sul.

Publicação de Marcha Mundial das Mulheres Américas e Capire

Coordenação política:

Alejandra Laprea e Norma Cacho

Coordenação editorial:

Helena Zelic

Edição:

Bianca Pessoa e Helena Zelic

Tradução:

Aline Scátola, Aline Murilo, Andreia Alves Manfrin, Luíza Mançano, Rane Souza

Projeto gráfico e diagramação:

Larissa Brandão e Nilton Brandão Júnior

Difusão:

Natália Blanco

Apoio:

We Social Movements - WSM

ISBN: 978-65-87591-18-6

Disponível em capiremov.org

CAPIRE



Apoio:



We Social Movements